

## ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA RECENTE DO TERRITÓRIO BRASILEIRO A PARTIR DA INDÚSTRIA E AGRICULTURA E SUAS IMPLICAÇÕES NA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

**Vandeir Robson da Silva Matias**  
Mestrando em Geografia pela UFMG  
[vandeirgeo@yahoo.com.br](mailto:vandeirgeo@yahoo.com.br)

### RESUMO

*A organização do território brasileiro passa por mudanças significativas a cada década. Os aspectos da economia global atingem o estado brasileiro a partir da intensificação dos fluxos de transportes e comunicações. A agricultura e a indústria são atividades produtivas importantes para a economia brasileira e influenciam na distribuição da população. Nessa lógica, novos espaços ganham destaque como, por exemplo, as cidades médias. Essas transformações são parte do jogo capitalista.*

**Palavras-chaves:** Agricultura, indústria e população.

## RECENT PRODUCTIVE ORGANIZATION OF THE BRAZILIAN TERRITORY FROM THE INDUSTRY AND AGRICULTURE AND ITS IMPLICATIONS IN THE DISTRIBUTION OF THE POPULATION

### ABSTRAT

*The organization the brazilian territory passes for significant changes the each decade. The aspects of the global economy reach the brazilian state from of the intensification of the flows of the transports and communications. The agriculture and industry are productive important activities for the brazilian economy and influences in the distribution of the population. In that logic, space news wins prominence as for example the cities averages. This Transformation is part of the capitalist game.*

**Key-word:** Agriculture, industry and population.

## INTRODUÇÃO

O espaço geográfico é mutável e complexo. Mutável porque as forças que o rege estão em constante adaptação e buscando sempre sua inserção neste; complexo porque tais forças não atuam de maneira isolada. É como se o espaço fosse uma rede, os nós estão conexos e em cada nó existe mais de uma força que atua ali. Dias (1996:7) nos oferece uma interessante abordagem sobre as redes geográficas:

Os fluxos de todo tipo, das mercadorias às informações, pressupõem a existência das redes. A primeira propriedade das redes é a conexidade (qualidade de conexão) que tem ou em que há conexão, ligação. Os nós das redes são assim lugares de conexões, lugares de poder e de referência, como sugere RAFFESTIN. É antes de tudo pela conexidade que a rede solidariza os elementos. Mas ao mesmo tempo em que tem potencial de solidarizar, de conectar, também tem de excluir.

A discussão referente às redes foi contemplada nesse momento para resgatar o caráter de ligação, conexidade que irá atuar na produção do espaço. Vale salientar também que essa produção não é neutra, ela é carregada de sentido, articulações e jogos de interesses, que reflete na organização do espaço. Entende-se que a dinâmica demográfica faz parte da produção e organização do espaço, a

mobilidade populacional é um processo social.

O objetivo desse artigo é fazer uma reflexão sobre a organização do território brasileiro à luz da globalização, tendo como eixo central a organização produtiva do setor industrial e agrário, verificaremos também de que forma essa organização produtiva ou reorganização irá atuar sobre a distribuição da população. É pertinente ressaltar que faremos referências há décadas passadas para contemplar e elucidar o objetivo do artigo.

## O SETOR INDUSTRIAL NO BRASIL

O setor industrial no território brasileiro possui uma participação significativa no PIB<sup>1</sup> e na PEA<sup>2</sup> essa importância da indústria no Brasil, está relacionada com as transformações econômicas e sociais por que passou o país e em particular a grande região produtora de café: Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e principalmente São Paulo. Essas transformações deram-se de maneira desigual em nosso território o que significa que a indústria desenvolve-se e atua de maneira desigual pelas regiões brasileiras.

A industrialização brasileira foi desenvolvida com a participação do setor agrário, em especial à luz de um produto agrário específico que é o café. Algumas contradições das relações café-indústria aparecem nesse momento. Temos algumas teses que destacam obstáculos colocados à industrialização pela economia cafeeira, mas também se opõem as teses que vêem no café um estímulo à industrialização. O nascimento da indústria é um dos aspectos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, essa indústria faz parte de um desenvolvimento cujo centro é constituído pela economia cafeeira. Esta possui um lugar de destaque para a acumulação do capital no país, apesar da dependência comercial e financeira em relação ao exterior e alguns momentos de crise como observamos em Silva (2001) quando fala que a própria economia cafeeira, a sua condição como centro motor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil não é senão a forma concreta de inserção no Brasil dentro da economia mundial.

A inserção do capital industrial no Brasil aprimorou a divisão internacional do trabalho no país. A industrialização pode, simplesmente, levar as mudanças nas formas de subordinação associadas a transformações do capitalismo no Brasil: por exemplo, a perda da posição dominante por parte do capital cafeeiro ou mesmo do capital comercial em geral. “O capital industrial não se opõe diretamente às formas de acumulação dominante, mas procura sempre desenvolvê-las em seu próprio proveito”.

Dentro dessa lógica de expansão do setor industrial, Faria (1983:142) nos alerta que:

Mesmo havendo crescimento da indústria de transformação, alega o argumento, cada nova expansão industrial, dada a dependência financeira e tecnológica da indústria brasileira, se realiza em bases tecnológicas mais avançadas e intensivas em capital, agravando o problema da exclusão: os empregos criados pela expansão são insuficientes para compensar os empregos destruídos pelo processo de concentração e de centralização inerentes ao desenvolvimento capitalista oligopolizado especialmente em sociedades de desenvolvimento dependente e retardatário.

Ao observamos o ano de 1980, quando notamos uma industrialização “sedimentada”, o Brasil já ocupava um lugar entre as dez maiores economias industriais do mundo, em termos de volume do produto industrial. E as transformações no espaço também ganham destaque. Em 1980, 68,9% dos domicílios existentes no país classificavam-se como urbanos, 67,7% da população viviam em áreas consideradas urbanas e 45,7% viviam em cidades de 20 000 habitantes ou mais. A contribuição das vendas de café para o total exportado caíra para 13,4%, enquanto a participação dos produtos industrializados no valor total exportado atingira a cifra de 56,5%. Transformações também ocorrem em relação a PEA. Em trinta anos (1950-80), portanto passa-se de uma PEA predominantemente

<sup>1</sup> PIB - Produto interno bruto.

<sup>2</sup> PEA - População economicamente ativa.

rural para uma PEA predominantemente urbana e, na qual, a contribuição do setor secundário representa quase uma quarta parte do emprego, havendo, em 1980, quase 7 milhões de pessoas empregadas na indústria de transformação (15,7% do total da PEA).

As regiões brasileiras possuem participação diferenciada no que tange o Valor da transformação industrial no período de 1940-80.

Tabela 1

Distribuição Regional do Valor da Transformação Industrial de 1940 a 1980

Região	Participação				
	1940	1950	1960	1970	1980
Sudeste	73,3	77,1	80,7	79,2	77,6
Sul	14,0	12,5	12,4	12,0	15,8
Nordeste	9,4	8,3	6,8	5,7	8,0
Norte e Centro-Oeste	3,3	2,1	1,6	1,6	3,6
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Nelson Holanda, Fórum Nacional.

Scarlato (2000: 377), em relação aos dados da tabela diz que:

Em 1970 o Sudeste representava 80,7% da produção industrial nacional. Desde então, verificou-se uma significativa política de suas empresas investirem em outras regiões. A Sudene criou enormes atrativos para que tais investimentos ocorressem em direção ao Nordeste. Assim também se deu a expansão de empresas nacionais e multinacionais para a Amazônia, através de atividades atrativas e da implantação de grandes usinas hidrelétricas, como as de Balbina, no Estado do Amazonas e Tucuruí, no Pará. O crescimento da industrialização do Centro-Oeste está também relacionado com a expansão das empresas sediadas no Sudeste. Essa expansão resultou de formas ordenadas da exploração do cerrado.

Notamos que o território brasileiro está reorganizando-se sobre os aspectos econômico, novos agentes e interesses passam a atuar na produção espacial. Santos (2001:105) nos oferece algumas pistas para comprovar o que foi exposto anteriormente:

Graças aos progressos da ciência e da técnica e à circulação acelerada de informações, geram-se as condições materiais e imateriais para aumentar a especialização do trabalho nos lugares. Cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção, é uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já ocupadas. Amplia-se a descentralização, despontam-se belts modernos e novos fronts na agricultura e especializações comerciais e de serviços se desenvolvem em porções do país que apenas no período atual puderam acolher vetores da modernidade. Torna-se assim mais densa a divisão territorial do trabalho, que se aprofunda ainda mais nas áreas já portadas de densidades técnicas, é o caso

3 Modernização aqui é muito mais que a evolução de utilização das máquinas e dos vários insumos agropecuários. Ao mesmo tempo em que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura, vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção.

4 Os dados da população das regiões metropolitanas foram levantados com base no ajustamento territorial feito por remaeker (1997).

5 Os dados da população das cidades médias de 1970 foram levantados com base em ajustamento territorial feito pela pesquisa, com base territorial municipal de 1970.

da Região concentrada do Brasil.

Dentro desse rearranjo que ocorre no território, a desconcentração é um fato considerável que deve ser trazido para o debate. Números de estabelecimentos, pessoas ocupadas e valor da transformação industrial apontam alguns indícios do fenômeno de desconcentração (SANTOS, 2001).

A guerra fiscal é um dos fenômenos mais recentes quando observamos as novas tendências de estruturação do espaço industrial, utilizando-se de ampla gama de incentivos e de algumas iniciativas localizadas voltadas à geração de externalidades favoráveis a “captura” de novos incentivos, cidades praticamente entram em guerra para garantir a sua fatia do bolo. A partir desse fato ocorre uma certa desconcentração relativa de investimento em alguns setores como os de bens duráveis, em especial o automobilístico e outros setores como de calçados, têxtil e vestuário, nesses três últimos o fator de incentivo é a mão-de-obra. Pacheco (1999) analisando a tendência de desconcentração industrial diz que:

Em síntese, até 1985 havia tendência clara à desconcentração, em que se evidenciavam tanto certas especializações regionais quanto maior dispersão da indústria de bens de consumo leve. Ainda assim, é preciso notar que continuavam concentrados em São Paulo os mais dinâmicos segmentos da indústria, que se encadeavam com toda a estrutura industrial do estado e com a maior parte das indústrias regionais. Além disso, é preciso salientar que, em paralelo à desconcentração da indústria em curso no país, também se assistia, em São Paulo, a um processo de rearranjo espacial interno dos padrões de localização industrial. Nesse cenário, novas tendências são observadas também em relação à interiorização da indústria paulista, caminhando para região de Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto e Santos. Tal tendência pode ser explicada por vários fatores como o desempenho da agroindústria (soja, café, laranja, etc), concentração de vários centros de pesquisa em direção ao interior paulista, restrições ambientais, baixo desempenho sindical e o surgimento de deseconomias de aglomeração que inibiam novos investimento na metrópole. Em segmentos como o têxtil e de calçados ocorrem uma desconcentração do emprego, desconcentração no segmento dos transportes, mecânica, minerais não metálicos ocorrendo principalmente nos estados do Sul e Sudeste. Dentro desse contexto é importante o que Pacheco (1999) ressalta:

um certo padrão de desconcentração de atividades, que se restringe ao Sudeste e Sul na maior parte do complexo metal-mecânico, estende-se para o Nordeste, em segmentos como têxtil e calçados, e é relativamente bem mais restrito em alguns gêneros como química. As hipóteses centrais deste texto são de que as determinações locais diferenciam-se segundo esses macrossetores: custos salariais para alguns gêneros intensivos em mão-de-obra; externalidades e economias de aglomerações, em alguns casos; proximidade com mercados e fornecedores, em outros; enquanto em alguns setores não há sinais de desconcentração, até porque o aumento da capacidade instalada deverá verificar-se nos sites já existentes, como é o caso da petroquímica e da siderurgia, em que os novos investimentos só marginalmente podem alterar a configuração espacial do setor. Além disso, há que ressaltar, por informações indiretas, que se assiste a reconcentração em segmentos como equipamentos para telefonia e a indústria de informática

A trajetória da desconcentração deve vir acompanhada de aumento da heterogeneidade no desenvolvimento interno das regiões brasileiras, com o surgimento de ilhas de produtividades em quase todas as regiões, crescimento relativo maior das antigas periferias nacionais e importância maior do conjunto das cidades médias e conseqüentemente rearranjo da distribuição da população

sobre o território.

## O SETOR AGRÁRIO NO BRASILEIRO

Apesar da baixa participação do setor no PIB brasileiro e na PEA, a agricultura não deixa de ser um elemento importante para a produção do espaço. É pertinente lembrar que foi através dele que foi possível a arrancada industrial brasileira. Santos (2002:88) fala sobre a importância da agricultura:

Desde o princípio dos tempos, a agricultura comparece como uma atividade reveladora das relações profundas entre as sociedades humanas e o seu entorno. O avanço da civilização atribui ao homem, por meio do aprofundamento das técnicas e de sua difusão, uma capacidade cada vez mais crescente de alterar os dados naturais quando possível, reduzir a importância do seu impacto e, também, por meio da organização social, de modificar a importância dos seus resultados. Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola, com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se, recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana mais também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres. É desse modo que se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações.

O ponto central do debate recente sobre a agricultura brasileira gira em torno de sua modernização<sup>3</sup>, aparecimento de agroindústrias e da expansão através das novas fronteiras agrícolas. Essas fronteiras geram migrações para essas áreas como norte do Mato Grosso, Rondônia, Pará, Tocantins, Amazônia, etc. O que fica evidente são as transformações na agricultura, que surgem nesse cenário, como empresas rurais, capitalistas, que seguem a lógica do mercado.

Santos e Silveira (2001: 119) nos fala dessa nova produção do espaço e da geografia:

Trata-se, assim da produção de uma nova geografia feita de belts modernos e de novos fronts no Brasil. Esses belts são por vezes, heranças e cristalizações de fronts próprios de uma divisão territorial do trabalho anterior; áreas que, ocupadas em outro momento, hoje se densificam e se tecnificam. Neles amadurecem as inovações de ontem e chegam outras, próprias do período, para criar novos arranjos, com a resistência e a cooperação das rugosidades do lugar. Constitucionalmente intergradadas a sistemas de engenharia complexos, essas terras ganham novas valorizações que acabam por “expulsar” certos produtos para áreas ainda não utilizadas.

Diante dessa nova produção do espaço agrário é difícil diferenciá-lo do espaço urbano. Talvez a cidade seja o grande regulador das atividades agrárias e esses espaços (urbano e agrário) se diferencia quanto ao número populacional.

Se em um passado próximo o campo expulsava pessoas para a cidade, nesse ensaio defendemos a idéia que apesar de estarmos no século XXI e percebemos uma agricultura globalizada, esse processo de expulsão não é diferente, pelo contrário, talvez os números do êxodo rural só não são maiores hoje, porque muitos fizeram esse movimento sobretudo entre 1950-80.

Em nossa sociedade contemporânea, com a modernização da agricultura brasileira, e a ineficácia e morosidade da reforma agrária, concentração fundiária, agricultura voltada para o mercado externo e intensificação do aparecimento de agroindústrias é mais difícil conseguir um lugar no espaço agrário, esse lugar entende-se que seja uma pequena propriedade, ao passo que intensificam o trabalho assalariado no campo. Talvez esse processo esteja aumentando o número de miseráveis no campo, como assinala Neto (1986):

A rápida acumulação de capital da qual certos setores

agrícolas e industriais se beneficiam com nossa transformação agrícola e a miséria crescente que se tem provocado na população de baixa renda são os dois lados da moeda. É preciso tirar o véu da modernização para ver seus verdadeiros traços.

## DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NA ECONOMIA CAPITALISTA

A reestruturação produtiva do Brasil como vimos nos itens anteriores influenciam na distribuição regional da população. O incremento populacional ocorre, sobretudo no espaço urbano, é importante salientar que esse incremento não é recente como demonstra a tabela 2.

**Tabela 2**

Taxas de crescimento da população urbana no Brasil, em cidades de 20 000 ou mais habitantes, por regiões (1950-1980)

Regiões	Períodos			
	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1950-1980
Norte	5,87	6,56	7,25	6,56
Nordeste	5,64	5,89	4,73	5,42
Sudeste	5,99	5,53	6,23	6,90
Sul	8,92	5,57	6,23	6,90
Centro-este	9,46	10,86	8,26	9,52

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970 e 1980.

Podemos inferir pela tabela, que na região Sudeste, a mais populosa e a mais urbanizada, a tendência das taxas foi à mesma que para o conjunto do país, aumentando de 5,99% na década de 50 para 6,23% na década de 70. As duas regiões brasileiras, Norte e Centro-Oeste, menos populosas e menos urbanizadas, também cresceram a taxas elevadas. No geral, diminuíram as diferenças entre as regiões com relação à taxa de urbanização, o que qualifica a hipótese de concentração urbana.. A concentração urbana é um fato, contudo até que ponto a urbanização ocorre através do crescimento equilibrado das cidades de vários tamanhos ou se dá de forma concentrada em cidades de alguma região ou de alguma classe de tamanho. É razoável dizer que todo processo empírico de urbanização redunde no aumento do tamanho absoluto das cidades, havendo, portanto concentração de população em localidades urbanas específicas.

O êxodo rural contribui para o crescimento urbano como verificamos em Hissa (1993:8):

Por sua vez, quanto aos fatores de mudança, PAUL SINGER, refere-se, mais propriamente, ao processo de modernização de processos produtivos, em particular nos espaços rurais. Quando, por exemplo, no caso brasileiro, estabeleciam-se mudanças nas relações de produção, acentuava-se a mobilidade da população. As relações de trabalho e emprego no campo alteravam-se com a introdução da mecanização e de novas técnicas de produção, ocasionando um excedente demográfico que engrossaria o fluxo migratório rural-urbano. Nas cidades, os migrantes passam a incorporar o exército de reserva, ou deslocam-se para a periferia do sistema, pequenas cidades ou áreas de fronteira. O capital, como decorrência desse processo, se desenvolve e se expande, criando, reproduzindo, ou reforçando, as desigualdades entre os grupos sociais quem em última instância, são traduzidos para a dimensão espacial através do fortalecimento das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento.

Martine (1996:32) diz que:

Ao fazer uma retrospectiva da redistribuição espacial da população

ocorrida durante os últimos 60 anos, dois processos concomitantes – e aparentemente contraditórios se destacam: a interiorização da população através da abertura de fronteiras agrícolas sucessivas e a concentração concomitante da população em cidades cada vez mais populosas. Desde 1930, os mesmos fatores alimentaram ambos os processos, isto é, a combinação de altas taxas de crescimento vegetativo com estruturas de produção agrícola incapazes de reter a população, seja pela natureza arcaica das estruturas fundiárias e produtivas no campo, seja pelo modelo de modernização conservadora que foi adotado a partir de meados da década de 60. Porém, a importância demográfica do primeiro processo – a expansão agrícola – está declinando rapidamente, a década de 70 foi marcada pela convergência dos dois padrões tradicionais em um só – a concentração urbana. Por um lado, a migração total absorvida na fronteira era menor que os fluxos de destino urbano; inclusive, o crescimento urbano, é mais importante do que o rural nas próprias regiões de fronteira. Por outro, uma proporção cada vez maior da população total do país reside em cidades cada vez maiores, particularmente na região Centro-Sul.

Durante muito tempo os estudos populacionais falavam em um inchaço das cidades, principalmente aqueles focalizados nos grandes centros econômicos e industriais do país. Hoje quando falamos em descentralização industrial, podemos falar também em descentralização populacional e urbana.

Nessa perspectiva notamos um aumento das cidades médias brasileiras em relação com outros tipos de cidades. Acompanhe a tabela 3.

Tabela3  
Taxas Anuais de Crescimento Comparadas - 1970/91

Grupos	População Urbana (1.000 hab.)			Crescimento %	
	1970	1980	1991	1970/80	1980/91
Brasil	89.963,2	117.960,3	146.825,5	31	24
Regiões Metropolitanas <sup>4</sup>	23.574,0	34.992,3	42.570,2	48	22
Cidades Médias <sup>5</sup> de 1970 Metropolitanas	2.578,0	4.137,9	5.627,1	61	36
Cidades Médias de 1970 não Metropolitanas	8.404,2	13.058,2	18.401,6	55	41
Cidades Médias de 1970	10.982,2	17.196,1	24.028,7	57	40

Fonte dos dados originais: IBGE - Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991 e Contagem da População de 1996.

A partir desses dados Andrade e Serra (1998) concluem que:

No período subsequente (1980/91), as cidades médias periféricas aos núcleos metropolitanos também tiveram crescimento mais elevado que as regiões metropolitanas como um todo. Isso, durante o período 1970/91, resultou num aumento da participação da população das cidades médias metropolitanas no total da população metropolitana, de 10,9%, em 1970, para 13,2%, em 1991. A festejada queda no ritmo de crescimento das regiões metropolitanas, verificada no Censo de 1991, constitui, fundamentalmente, uma perda de dinamismo demográfico das sedes metropolitanas, as cidades periféricas porque continuaram a crescer em ritmo mais acelerado que o verificado para o conjunto do país. Observa-se também, nessa mesma década, o papel de destaque das cidades médias de 1970 não pertencentes às regiões metropolitanas.

Quando observamos uma desconcentração industrial em direção as cidades médias e uma expansão das fronteiras agrícolas para as regiões Norte e Centro-Oeste, a tabela ganha relevância,

pois fica clara a desconcentração populacional no referido período.

A tabela 4 contribui para entendermos o processo de distribuição populacional a partir das organizações produtivas. O foco está nas regiões metropolitanas no período de 1970-2000.

Tabela 4  
População Total e Taxas de Crescimento (% a.a.) Regiões Metropolitanas 1970-2000

Regiões metropolitanas	População Total				Taxa de Crescimento (%aa)		
	1970	1980	1991	2000	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Total	23.730.895	32.126.519	39.759.093	46.657.093	3,79	1,99	1,79
São Paulo	8.139.730	12.588.725	15.444.941	17.833.511	4,46	1,88	1,61
Rio de Janeiro	6.891.521	8.772.265	9.814.574	10.871.960	2,45	1,26	1,14
Recife	1.791.322	2.347.146	2.858.147	3.249.754	2,74	1,22	1,44
Belo Horizonte	1.658.482	2.609.583	3.436.060	4.251.350	4,70	2,42	2,39
Porto Alegre	1.574.239	2.285.140	3.038.792	3.507.624	3,84	2,16	1,61
Salvador	1.147.821	1.766.614	2.496.521	3.018.326	4,43	3,04	2,13
Fortaleza	1.036.779	1.580.074	2.307.017	2.920.923	4,43	3,04	2,13
Curitiba	821.233	1.440.626	2.000.805	2.716.288	5,80	3,03	3,46
Belém	669.768	1.021.486	1.401.305	1.794.981	4,30	3,43	2,79
Brasil Urbano	52.084.984	80.436.409	110.990.990	137.697.439	4,44	2,97	2,42

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

A taxa de crescimento relativo no último período analisado (1991-2000) demonstra que houve uma desaceleração no ritmo de crescimento quando analisamos a participação das regiões metropolitanas, apenas Recife e Curitiba tiveram um aumento anual. Matos e Baeninger (2001) dizem que:

O Brasil metropolitano dos anos 90, portanto, cresce menos que em décadas anteriores e menos ainda que as demais áreas urbanas do país. Não obstante o fato de que entre 1970 e 2000 a população residente nas nove antigas áreas metropolitanas tenha passado de 23.717.028 habitantes para 50.164.717, a importância do processo de desaceleração metropolitana é revelada pela expressiva perda de participação relativa das populações metropolitanas no total da população urbana do país.

A partir desses dados fica a dúvida se está ocorrendo um processo de desmetropolização brasileira e se ficar comprovado que esse fato está acontecendo não podemos ficar restrito as condições produtivas, o espaço enquanto componente social também deve ser levado em conta. A cidade não está atraindo mais migrantes? Quais cidades não estão atraindo? Está ocorrendo remigração? Para que rumo caminha a urbanização brasileira?

O que fica claro é que está ocorrendo uma tendência, que vem se desenvolvendo há algumas décadas e essa tendência envolve uma produção do espaço, como verificamos abaixo em Martine (1996:33):

Essa tendência principal do processo de redistribuição, envolvendo a concentração progressiva da população, reflete, por sua vez, o processo de concentração espacial de atividades econômicas do país. Historicamente, a ocupação das diversas regiões brasileiras, em consequência da independência espacial dos seus vários ciclos econômicos, foi sempre caracterizada por saltos e descontinuidades; disto resultou a proliferação de núcleos de adensamento populacional esparsos e desconectados em muitos pontos do território nacional(...). No período pós-1970, porém, tem havido sinais de desconcentração industrial no sentido de que uma proporção

crescente de novas indústrias está se localizando a uma distância maior da Região Metropolitana de São Paulo, inclusive em outros estados. Entretanto, esse movimento não deve ser interpretado como uma redução do processo de concentração, senão como uma ampliação do perímetro de influência do pólo dominante. Trata-se, portanto, de uma “desconcentração concentrada” que, na realidade, amplia a força do pólo dominante.

A dinâmica populacional hoje é complexa mais que no passado, pois para o seu entendimento temos que recorrer a elementos endógenos e exógenos que nos faz concluir que a mobilidade populacional é uma das características marcantes do meio técnico-científico-informacional, e essa mobilidade pode ser traduzida no caso brasileiro em desconcentração populacional, principal característica constatada atualmente nos estudos populacionais. Matos (2001) nos ajuda a entender essa característica que o ensaio quer demonstrar:

A desconcentração demográfica coincide com a desconcentração econômica em vários aspectos. É verdade que as deseconomias de aglomeração tanto atingem as atividades econômicas quanto à população, assim como esforços governamentais voltados à interiorização do desenvolvimento podem dispersar atividades e população. De qualquer forma, a reversão de tendências migratórias pode associar-se a duas hipóteses lógicas. De um lado, as áreas centrais receptoras poderiam estar favorecendo o deslocamento de parte de seus residentes para suas periferias, em consequência dos aumentos crescentes dos aluguéis e do custo de moradia (preço de terrenos, impostos crescentes etc.), da elevação do custo de vida urbano, inclusive pelo aumento do tempo de deslocamento casa-trabalho, e da ampliação da violência, criminalidade e desemprego urbano. De outro lado, ao se focalizar as áreas emissoras, pode-se constatar ter havido diminuição da emigração e, mesmo, retorno de antigos emigrados, como consequência da melhoria das condições de vida nesses lugares e da expansão dos meios de comunicação, que permitiriam obter mais rapidamente informações acerca das condições adversas à fixação nas áreas tradicionalmente receptoras de migrantes.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A globalização perversa tal como coloca Santos (2002), nos instiga a refletir sobre os atuais processos espaciais, a cidade segundo Harvey é a concretude desses processos e essa mesma cidade reflete características da sociedade. A cidade é isso, contudo no processo da globalização perversa, ela ganha novas formas, um migrante seletivo, novas profissões, novo número populacionais, novas densidades demográficas enfim novos papéis.

A população nesse contexto acompanha o fluxo produtivo, afinal o espaço geográfico é o espaço em redes, mais que no passado, essa população possui acesso a novos lugares diante dos sistemas de engenharia (transporte e comunicação) cada vez mais desenvolvidos.

Essas mudanças que o país experimenta redistribuem a população no território brasileiro. No Sudeste, Sul e Nordeste aparecem novas aglomerações e cada vez que ocorre a inserção do Brasil junto ao mundo globalizado, ou no território do dinheiro, novas experiências ocorrem no espaço. A mobilidade populacional acontece a partir da lógica desses processos, onde a concentração e desconcentração populacional obedecem à espacialização de atividades econômicas (agrárias, industriais e comerciais) (MARTINE, 1996).

O item anterior na sua parte final levanta algumas questões para debate ou uma discussão como o próprio título do artigo sugere. Essas considerações finais na realidade estão inseridas no intuito de continuar refletindo sobre a questão populacional no Brasil, ou seja, sobre quais prismas devem ser analisadas, contudo vale ressaltar que o debate está longe do seu fim ou como acreditamos nunca

terá fim. Pois como iniciamos o espaço geográfico é mutável e complexo.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T.A. & SERRA, R.V. *O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro*. IPEA, Rio de Janeiro, 1998.
- DIAS, Leila Christina. *Redes Geográficas Nacionais e Internacionais*. Encontro nacional de produtores e usuários de informações sociais, econômicas e territoriais. Rio de Janeiro, IBGE, 1996.
- FARIA, Vilmar. *Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos*. In: SORJ, B. ALMEIDA, M (Org). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983, pp.118-63.
- HISSA, C.E.V. Introdução ao estudo da dinâmica espacial da população: perspectivas teóricas. *Revista Geografia e Ensino*, BH, v.5, n.1, p.5-12, jun 1993.
- MARTINE.G. População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional. (In). MARTINE, G.(org). *População, meio ambiente e desenvolvimento-verdades e contradições*, Campinas, Editora da Unicamp, 1996, p.21-39.
- MATOS, R.E. *Questões teóricas a cerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço*, 2001.
- MATOS, R.E. & BAENINGER, R. *Migração e Urbanização no Brasil: Processos de concentração e desconcentração e o debate recente*. XXIV General Conference, Salvador, Aug, 2001.(meio digital)
- NETO, Francisco Graziano. *Questão agrária e ecologia: Crítica da agricultura moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PACHECO, Carlos Américo. *Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial*. Brasília, Ministério do planejamento, março, 1999 (meio digital).
- SANTOS, M. & Silveira, M.L.S. *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 9ªed., 2002.
- SCARLATO, Francisco Capuano. O espaço industrial brasileiro. IN: Ross, Jurandyr Luciano Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo, USP, 3ªed, 2000, p.327-382.